



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS ÀS 10h DO DIA 13 DE MAIO DE 2025, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação:

- a) Ata da 11ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa;
- b) Ata da 1ª Reunião Conjunta da CCJ, CFT e CTASP da 3ª Sessão Legislativa;
- c) Ata da 2ª Reunião Conjunta da CCJ, CFT e CTASP da 3ª Sessão Legislativa.

II. Ordem do dia:

- a) Discussão e votação dos votos já proferidos em matérias com vista, devolvidas em razão da nova composição da Comissão de Constituição e Justiça:

[PL./0325/2023](#), de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Institui a Política Estadual de Cultura Viva, para a produção e a difusão da cultura e a promoção do acesso aos direitos culturais”.

Relator: Tiago Zilli

Parecer: Favorável com emenda modificativa

[PL./0345/2023](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Dispõe sobre os atos de invasão de terra no Estado de Santa Catarina e estabelece sanções”.

Relator: Volnei Weber

Parecer: Inadmissibilidade

[PL./0406/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Dispõe sobre o dever de disponibilização de boletim médico pelos estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Relator: Fabiano da Luz

Parecer: Favorável

[PL./0498/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito o Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir o ‘Dia da Cannabis Medicinal’ em Santa Catarina, a realizar-se, anualmente, em 27 de novembro”.

Relator: Fabiano da Luz

Parecer: Favorável com emenda modificativa



b) Discussão e votação das matérias:

DEPUTADO MAURO DE NADAL

Devolução de vista à [PEC./0009/2024](#), de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina, a fim de autorizar a Assembleia Legislativa a promover concurso público para a seleção de nova letra e música para o Hino do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0079/2025](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispõe sobre a estadualização da via municipal, no trecho compreendido entre os Municípios de Palmeira e Correia Pinto, localizado entre o km 113,8 e o km 140,0”.

[PL./0083/2025](#), de autoria do **Deputado Rodrigo Minotto**, que “Assegura o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos de natureza cultural, esportiva e de lazer aos profissionais da saúde, no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0352/2024](#), de autoria do **Deputado Mário Motta**, que “Altera a Lei nº 17.156, de 5 de junho de 2017, que “Institui o marco regulatório dos programas de parcerias público - privadas no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”, para adequá-la à lei federal e dá outras providências”.

[PL./0125/2025](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre a ampliação do acesso a mamografias e exames preventivos para mulheres a partir dos 40 anos no Estado de Santa Catarina, em conformidade com as diretrizes da Sociedade Brasileira de Mastologia, visando à detecção precoce do câncer de mama e à promoção da saúde feminina”.

[PL./0126/2025](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre a disponibilização de testes genéticos e genômicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Santa Catarina, visando à identificação de predisposições genéticas, à prevenção de doenças e à personalização do tratamento médico”.

[PL./0091/2025](#), de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que “Declara de utilidade pública a Associação Comandos de Santa Catarina, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei n 18.278 de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.



DEPUTADO MATHEUS CADORIN

[PL./0323/2024](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bancos e instituições financeiras de comunicarem ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) a quitação do financiamento de veículos automotores, e dá outras providências”.

[PL./0026/2025](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Nova Trento e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0082/2025](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Institui a campanha ‘Novembro Verde’ com o objetivo de promover a conscientização e sensibilização sobre a ostomia, e dá outras providências, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO VOLNEI WEBER

[PL./0379/2024](#), de autoria do **Deputado Lunelli**, que “Dispõe sobre a certificação social aos bingos beneficentes comunitários, organizados em caráter eventual, pelas entidades assistenciais de caridade, filantrópicas, comunitárias, religiosas e congêneres, sem fins lucrativos e comerciais, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”.

[PL./0166/2024](#), de autoria do **Deputado Emerson Stein**, que “Institui o Programa Estadual Censo de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de seus Familiares no Estado de Santa Catarina”.

[PL./0088/2025](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre a concessão de abatimento no ICMS para empresas que destinam resíduos industriais não perigosos à reciclagem ou reaproveitamento, em vez de enviá-los para aterros sanitários ou industriais”.



[PL./0138/2025](#), de autoria do **Deputado Mário Motta**, que “Dispõe sobre a celebração de contratos de prestação de serviços de gestão educacional para apoio administrativo e financeiro nas unidades escolares da rede pública estadual do estado de Santa Catarina”.

[PL./0247/2024](#), de autoria do **Deputado Altair Silva**, que “Cria a Política Estadual de Apoio e Fomento ao Desassoreamento de rios, arroios, açudes, lagos, lagoas, lagunas e canais visando à prevenção e minimização dos efeitos e danos causados por enchentes, inundações e alagamentos no território catarinense, reconhece a atividade de desassoreamento como de relevante interesse social do Estado de Santa Catarina; e dá outras providências”.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

Devolução de vista ao [PL./0103/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes na Parada do Orgulho LGBTQIAPN+”.

[PL./0298/2023](#), de autoria do **Deputado Volnei Weber**, que “Dispõe sobre a isenção de ICMS na aquisição de motocicletas, motonetas e scooters para uso nas prestações de serviços que menciona e adota outras providências”.

[PL./0419/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispõe sobre a alteração do período das férias escolares de inverno nas instituições de ensino, da rede pública e privada, localizadas nos Municípios da Serra Catarinense”.

[PL./0575/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispõe sobre a doação, pelos estabelecimentos escolares, do excedente da merenda escolar, no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0515/2024](#), de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que “consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Grupo Escoteiro Indaíá- 140/SC”.

[PL./0101/2025](#), de autoria do **Deputado Lucas Neves**, que “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos dos Autistas - AMA de Joaçaba, Herval D'Oeste, Catanduvas e Luzerna, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.



[PL./0104/2025](#), de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que “Declara de utilidade pública a Associação Lux de Cultura e Arte, de Corupá, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

DEPUTADO ALEX BRASIL

[PL./0109/2025](#), de autoria do **Deputado Sérgio Motta**, que “Dispõe sobre a garantia da liberdade nas instituições de ensino do Estado de Santa Catarina e veda práticas discriminatórias relacionadas”.

[PRS/0004/2025](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Altera o Art. 101 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Resolução nº 001, de 2019”.

[PL./0057/2025](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Declara o “Tiro dos Reis” integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

[PL./0123/2025](#), de autoria do **Deputado Neodi Saretta**, que “Declara de utilidade pública Associação dos Pais e Amigos do Voleibol - APAV, de Concórdia e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0113/2025](#), de autoria do **Deputado Maurício Peixer**, que “Declara de utilidade pública o Instituto Esperança - IES de Joinville e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0053/2025](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Institui o Dia Estadual da Trancista Afro e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o



Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES

[PL./0219/2023](#), de autoria do **Deputado Neodi Saretta**, que “Declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural União Operária e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[OF./0006/2025](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Do TJSC, comunicando a Decisão adotada no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 5053032-83.2023.8.24.0000/SC, que decidiu, por unanimidade, julgá-lo procedente para declarar inconstitucional a Lei nº 4.739, de 26 de junho de 2016, do Município de Imbituba, por violação aos artigos 145, II; 150, I; 144, §6º; 22, X, todos da Constituição Federal, e aos artigos 39, inciso I, 128, inciso I, 8º, inciso IV, 50, §2º, inciso I, e 107, todos da Constituição do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0331/2023](#), de autoria do **Deputado Sérgio Motta**, que “Dispõe sobre o atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Dislexia nos concursos públicos e vestibulares realizados no Estado de Santa Catarina”.

[PL./0077/2025](#), de autoria do **Deputado Pepê Collaço**, que “Declara de utilidade pública Grupo Escoteiro Arnaldo Almeida de Oliveira, de Rio Negrinho e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0122/2025](#), de autoria do **Deputado Matheus Cadorin**, que “Altera a Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), para permitir a transferência de propriedade de veículos com parcelas vincendas do IPVA.”.



DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO

[PL./0100/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Dispõe sobre a denominação de produtos cuja origem seja de proteína vegetal ou proteína animal sintética no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0231/2024.

[PL./0126/2024](#), de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Institui a necessidade de certificação de funcionários e colaboradores de empresas prestadoras de serviços públicos no Estado de Santa Catarina acerca dos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas”.

[PL./0246/2023](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Altera a Lei nº. 18.239, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado e estabelece outras providências”.

[PL./0418/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Institui o Programa de Estímulo à Emissão de Nota Fiscal, denominado "CPF na Nota", no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[PL./0453/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Declara de utilidade pública a Associação dos Socorristas da Palhoça e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PLC./0007/2025](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Altera a Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências”.

[PL./0204/2025](#), de autoria do **Deputado Julio Garcia**, que “Declara de utilidade pública a Associação Clube Recreativo Cruz de Malta, de Lauro Müller, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.